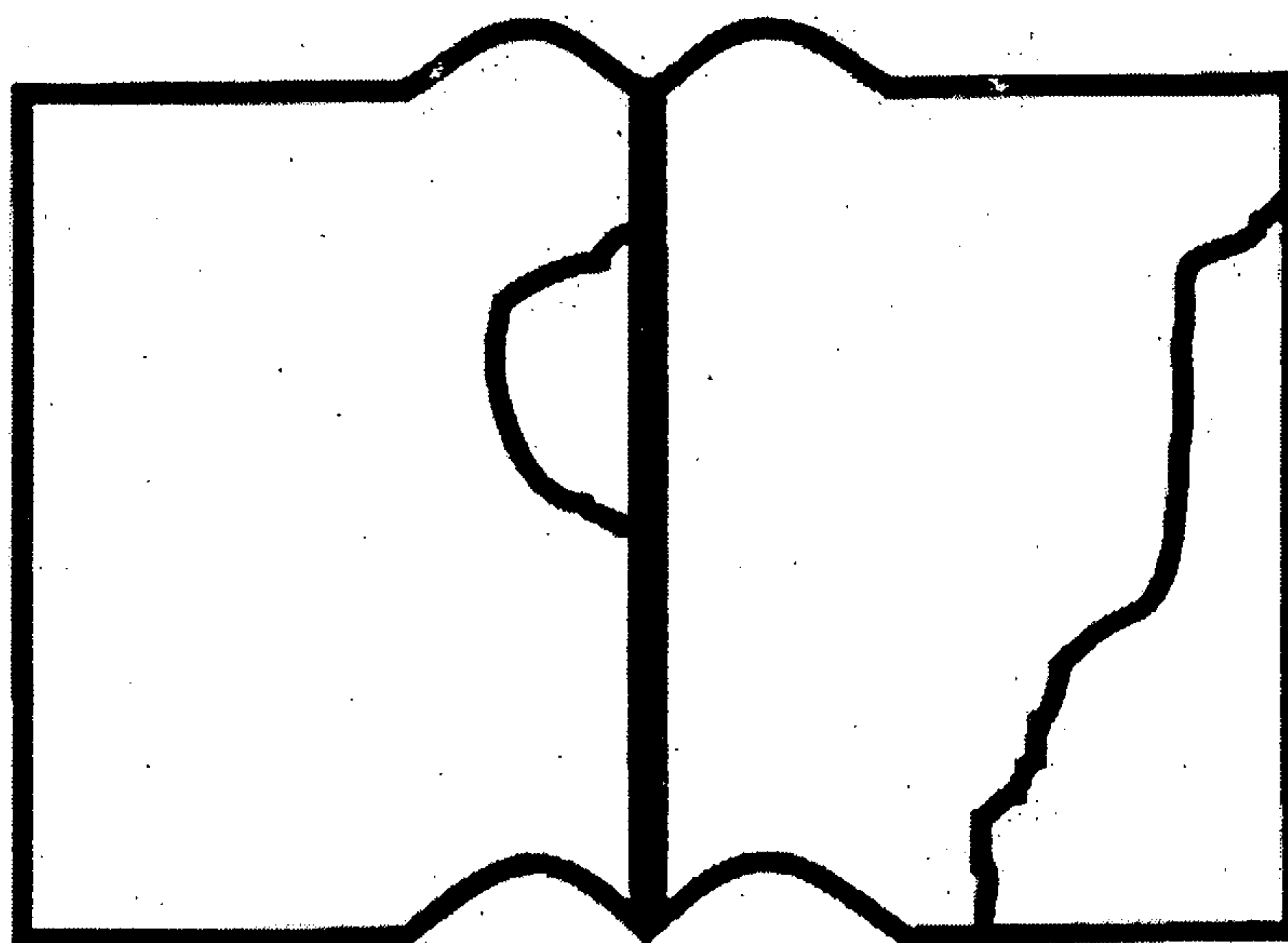


PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS  
TERRITÓRIOS  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Situação dos documentos:



**Texto deteriorado.**  
**Encadernação defeituosa.**

*Damaged text.*

*Wrong binding.*

0078 (\*)



*Chamada*



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

# APELAÇÃO CÍVEL

Valor Cr\$ 20.000,00

~~15~~

7.48

N.º -97-

Rel. Sr. Des.º RAIMUNDO MACEDO ( DES. MÁRIO BRASIL )

Rev. Sr. Des.º COLOMBO DE SUOSA

147

~~1739~~

DISTRIBUIÇÃO

A 1ª Câmara

Em de de 19

VICE-PRESIDENTE

19 62

(DA VARA CÍVEL )

AÇÃO DISSOLUÇÃO

Apelante: LUIZ ROS

Apelado: TABAJARA WENDT DA COSTA

196

TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DO DISTRITO FEDERAL

24 SET 14 26 62 00566



REGISTRADA À  
SENTENÇA

S 56662

**JUIZO DE DIREITO DA VARA CIVEL**

(DISTRITO FEDERAL)

Juiz - Dr. Darcy Rodrigues Lopes Ribeiro

Escrivão - Carlos Alfredo Dias de Mello

Valor: Cr\$

N.º 147

Ad. Autor: Antônio Carlos Osorio 7

Ad. Réu: Inezil Tenna Maranhão 10

Dissoluções 1339

Luz Ros e Cia Ltda

Luz Carlos Ros e outros



Livro 1

1960

N.º 147

Juízo de Direito da Vara Civil do Distrito Federal

Juíz: Dr. Darcy Rodrigues Lopes Ribeiro

Escrivão: Dr. Alberto Ribeiro Lambelli

# Ordinária de Dissolução de Sociedade

autor. Luiz Carlos Ros.

rêu. Salvadora Wendt da Costa e  
Luiz Carlos Ros.

## AUTUAÇÃO

Aos trinta e dois dias de mes julho de mil  
novecentos e sessenta, nesta Cidade

Brasília Distrito Federal da Republica

dos Estados Unidos do Brasil, eu, Dr. Darcy Rodrigues Lopes Ribeiro, juiz

autorizado para a prática dos atos de expediente, e

cooperado pelo escrivão Dr. Alberto Ribeiro Lambelli.

Eu,

escrivente juramentado, o escrevi

e Eu, Alberto Ribeiro Lambelli

escrivão; o subscrevo.

C E R T I D Ã O

Certifico que nestes autos da ação de dissolução, em que são partes Luiz Ros & Cia. Ltda., contra Luiz Carlos Ros e Tabajara Wendt da Costa, procedeu-se, hoje, a requerimento de Luiz Ros a penhora nos direitos que por ventura venha a caber a Tabajara Wendt da Costa, na execução de sentença para pagamento da importância pedida na executiva que Luiz Ros move contra Tabajara Wendt da Costa. Do que de tudo dou fé.

Luiz Carlos Ros, Escrivão a subscrevo e assino.

Brasília, 7 de dez. de 1961.

Luiz Carlos Ros

Antonio Carlos Osório  
ADVOGADO  
Av. Central, 990-C - Cx. Postal 456  
Núcleo Bandeirante  
BRASILIA - D. F.



Exmo. Snr. Dr. Juiz de Direito da VARA CÍVEL - Brasília D.F.

A. Osório  
D. Alberto Zambelli e ofi-  
cial de justiça o Juiz  
Cardoso Soares  
29.7.60  
Osório

LUIZ ROS, brasileiro, casado, engenheiro civil, domiciliado em Brasília, por seu bastante procurador infra-assinado, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, com escritório à Av. Central, nº 990-C, Núcleo Bandeirante, Brasília, vem por esta perante V. Excia. para o fim de propor uma AÇÃO DE DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE SOCIEDADE

contra TABAJARA WENDT DA COSTA e LUIZ CARLOS ROS, ambos brasileiros, casados, o 1º engenheiro e o 2º do comércio, residentes em Brasília, dizer e requerer o seguinte:

1.- QUE o Suplicante ajustou com os Suplicados a constituição de uma sociedade civil, de responsabilidade limitada, a que deram a denominação digo a firma de "Luiz Ros & Cia Ltda", tudo conforme contrato anexo (DOC. Nº 2); -

2.- Os sócios subscreveram o capital social, de CR\$ 2.000.000,00 (dois milhões de crs.), não tendo sido previsto prazo para a sua integralização e realização em dinheiro ou bens; a administração caberia aos três sócios, Ste. e Sdcs.;

3.- A sociedade avençada nasceu porém sob mau signo. Os RR. que à época eram empregados do A., não obtiveram numerário suficiente para suas entradas de capital; entraram logo após em desinteligências com seu empregador, o A., o que impediu que este contribuísse também para a formação do capital, não tendo também oferecido dinheiro a seu filho o Réu Luiz Carlos Ros, para sua entrada, como havia prometido e este aceito;

4.- A sociedade não operou no campo de suas atividades, não tendo havido resultado de negócios sociais; na expectativa dos ingressos de capital dos RR. o A. com seu próprio dinheiro, adquiriu no entanto alguns objetos em nome da sociedade, no valor aproximado de CR\$ 250.000,00;

5.- Apesar de seu capital inexistente e de a sociedade não ter operado, pretenderam desde há alguns meses atrás os RR. locupletar-se à custa do A., exigindo dissolução amigável na qual receberiam numerário; com isso e evidentemente não concordou o A., por não ser de direito, o que motivou desarmonia grave;

6.- A dissolução da sociedade por inexistência de capital é causa legal prevista no art. 1399, n. II do Código Civil; a sociedade não tem patrimônio também eis que, como ficou dito, os bens adquiridos em seu nome, foram com capital exclusivo do A.; -

Handwritten text at the top of the page, possibly a header or title, including the word "Handwritten" and other illegible characters.

Main body of handwritten text, appearing as a list or series of entries, separated by a vertical line down the center of the page. The text is dense and difficult to read due to the quality of the scan.

Handwritten signature or name at the bottom center of the page, written in a cursive style.

Antonio Carlos Osório  
ADVOGADO  
Av. Central, 990-C - Cx. Postal 456  
Núcleo Bandeirante  
BRASILIA - D. F.



2)

7.- A sociedade, não tendo operado nem constituído capital ou patrimônio, não tem livros de contabilidade, nem há qualquer lançamento em seu nome;

8.- Nessas condições, com arrimo no art. 655 do Código de Processo Civil, requer de V. Excia. se digne de mandar citar os RR. para todos os atos e termos da presente, até final sentença, declarada dissolvida, e liquidada a sociedade nos termos da presente, condenados caso a contestem em honorários de advogado do A. a serem arbitrados.

*Dando a causa o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil oitocentos).* N. Termos

PEDE DEFERIMENTO

Brasília, 29 de julho de 1960

*Antonio Carlos Osório*



1954

1954

1954

1954

1954

Inclut...

112.82

...

...

Remon...



VISTOS ETC..

LUIZ CARLOS ROS E TABAJARA WENDT DA COSTA ajuizaram ação cominatória de prestação de contas contra o diretor-gerente, LUIZ ROS, da sociedade comercial "LUIZ ROS & CIA. LTDA."

Logo em seguida, LUIZ ROS intentou contra os / sócios LUIZ CARLOS ROS E TABAJARA WENDT DA COSTA, ação de dissolução e liquidação da supra aludida sociedade limitada por cotas, escorado no fundamento da inexistência de capital social.

A inicial da cominatória veio instruída com os documentos de fls. 4/7, e o libelo da ação de dissolução / com as peças de fls. 4/6.

Na prestação de contas foram opostos os embargos de fls. 15/17, acompanhados dos documentos de fls. 18/23, alegando o embargante não estar adstrito a prestar contas aos autores embargados, porque a sociedade praticamente não chegou a constituir-se, visto não ter sido realizado o seu capital, eis que os sócios LUIZ CARLOS ROS E TABAJARA WENDT DA COSTA não conseguiram o indispensável para integralização das cotas subscritas; por isso a inexistência de capital serviu de escora para a ação de dissolução da mesma sociedade.

Pronunciaram-se os autores sobre os embargos, dizendo que a sociedade teve integralizado o seu acervo e várias obras foram executadas pela sociedade; em abono, / trouxeram as peças de fls. 30 "usque" 63.

Ataca o réu os documentos de fls. 30/33, alegando que as contribuições previdenciárias eram pagas em nome de "LUIZ ROS & CIA. LTDA." porque a firma individual do acionado, Luiz Ros, não possuía registro; investe / contra as peças de fls. 34/63, sustentando que os bens nelas mencionados foram adquiridos em nome da firma "LUIZ ROS & CIA. LTDA.", mas com numerário do réu, Luiz Ros. /- (fls. 65/66).

Contra-atacam os autores ( fls. 72/73), afirmando pretender o réu, Luiz Ros, miscigenar, astuciosamente, o patrimônio de "LUIZ ROS & CIA. LTDA." com o de apócrifas /

James



firmas individuais " Luiz Ros" e " Luiz Ros Engenharia Civil" ; assertam, mais, existir prova abastusa da realidade da sociedade "LUIZ ROS & CIA.LTDA." e de não-realidade das firmas individuais suso citadas ( fls. / 74); dizem, por fim, que, ao contrário do afirmado, o réu, Luiz Ros, adquiriu, em nome próprio, máquinas e / materiais com o acêrvo da sociedade "LUIZ ROS & CIA. / LTDA.".

LUIZ CARLOS ROS ( fls. 83) manifestou/ desistência da prestação de contas e da contrariêdade- da ação de dissolução, não homologada pelas razões. / constantes do interlocutório de fls. 87v.

A cominatória resultou saneada, embora lacônicamente, pelo despacho de fls. 84 da ação conexa de dissolução.

Na ação de dissolução e liquidação de/ sociedade, os réus, LUIZ CARLOS ROS E TABAJARA WENDT / DA COSTA, contrariaram ( fls. 14/16) insistindo no pon- to da existência de capital social, circunstância que/ tornaria impossível a acolhida do pedido formulado pe- lo autor , LUIZ ROS.

O seqüestro dos bens sociais foi reque- rido ( fls. 18 e 19) e deferido. ( fls. 24).

Os bens resultaram confiados à guarda/ de depositário. ( fls. 41 a 47).

Designados dia e hora para a audiência a que se refere o art. 656, § 2º, do Cód. Proc. Civ. / ( fls. 55).

Inconformado, o autor, LUIZ ROS, pediu/ reconsideração do despacho, sustentando a tese de que contestada a ação, deve tomar o rito ordinário, impon- do-se, assim, a prolatação do expurgador.

O pedido foi rejeitado pelo exaustivo/ interlocutório de fls. 57/62.

Solicitação conjunta de de adiamento / da audiência postulada e amparada. ( fls. 67).

Consta do termo de fls. 72, o despacho ordenando o julgamento e decisão em única sentença das duas ações ligadas pelo laço envolvente da conexão, a/ fim de obviar pronunciamentos contraditórios ou inexe-





✓  
requíveis.

Sobre o petitório de fls. 74 (inspeção no acampamento da firma "LUIZ ROS & CIA. LTDA.", onde depositados os bens seqüestrados), falou o depositário/ a fls. 80/81.

O autor, LUIZ ROS, trouxe ao processado instrumento de cessão de cotas de LUIZ CARLOS ROS para/ o seu nome, pretendendo este último, cedente, desistir/ da contestação. ( fls. 76/78).

Audiência das ações vinculadas, conforme termo de fls. 85/85v..

Em apenso, embargos de terceiro suscitados por LUIZ ROS contra o ato de apreensão judicial incidente ( seqüestro), improvidos pelo decisório de fls. 94/95 do processo de intervenção.

Autos conclusos para sentença.

TUDO FOI DEVIDAMENTE EXAMINADO:

Merece inteiro amparo o pedido de prestação de contas deduzido em Juízo por LUIZ CARLOS ROS e TABAJARA WENDT DA COSTA.

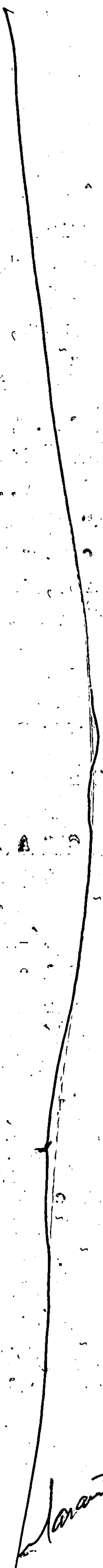
Constitui sabedoria trivial que na primeira fase da ação de prestação de contas só se decide/ da obrigação de prestá-las ou não.

O julgamento não tem por "but" final a apuração de quaisquer parcelas de crédito, senão o escopo de decidir se o réu está, ou não, coarctado a prestar contas.

E tal obrigação reponta como devida uma vez haja prova indisputável de vínculo jurídico, legal/ ou convencional, que a justifique.

As contas serão prestadas na segunda fase, que é continuação da primeira, sem qualquer similitude com a execução.

O processo de prestação de contas apresenta particular espécie do fenômeno que CARNELUTTI denominou de formação progressiva da decisão: a fase cognitiva da causa se escalona por etapas, cada qual encer



*Harant*





rada por uma sentença definitiva parcial, apelável; há, na primeira fase, no remate, uma sentença declaratória da relação jurídica e condenatória, que é sustentáculo da segunda fase, em que o réu tem de prestar contas ou sofrer/ as que o autor preste; são duas ações que a economia processual cumula, sucessivamente, numa só lide.

Inquestionavelmente certo que ninguém pode ser compelido a prestar contas da gerência e administração de uma sociedade, no que diz respeito ao tempo em que tal empresa lhe pertenceu exclusivamente.

Mas, "sub specie juris", ainda se admita/ a existência das firmas individuais "LUIZ ROS" ou "LUIZ-ROS ENGENHARIA CIVIL", posto não passarem de firmas irregulares ( fls. 74 da cominatória), força é convir que / não se pode negar, por outro lado, a existência legal da sociedade "LUIZ ROS & CIA. LTDA." ( fls. 6/6v., 30/64, da cominatória, e fls. 5/6, 24/26, e sobretudo 76/78, da ação de dissolução).

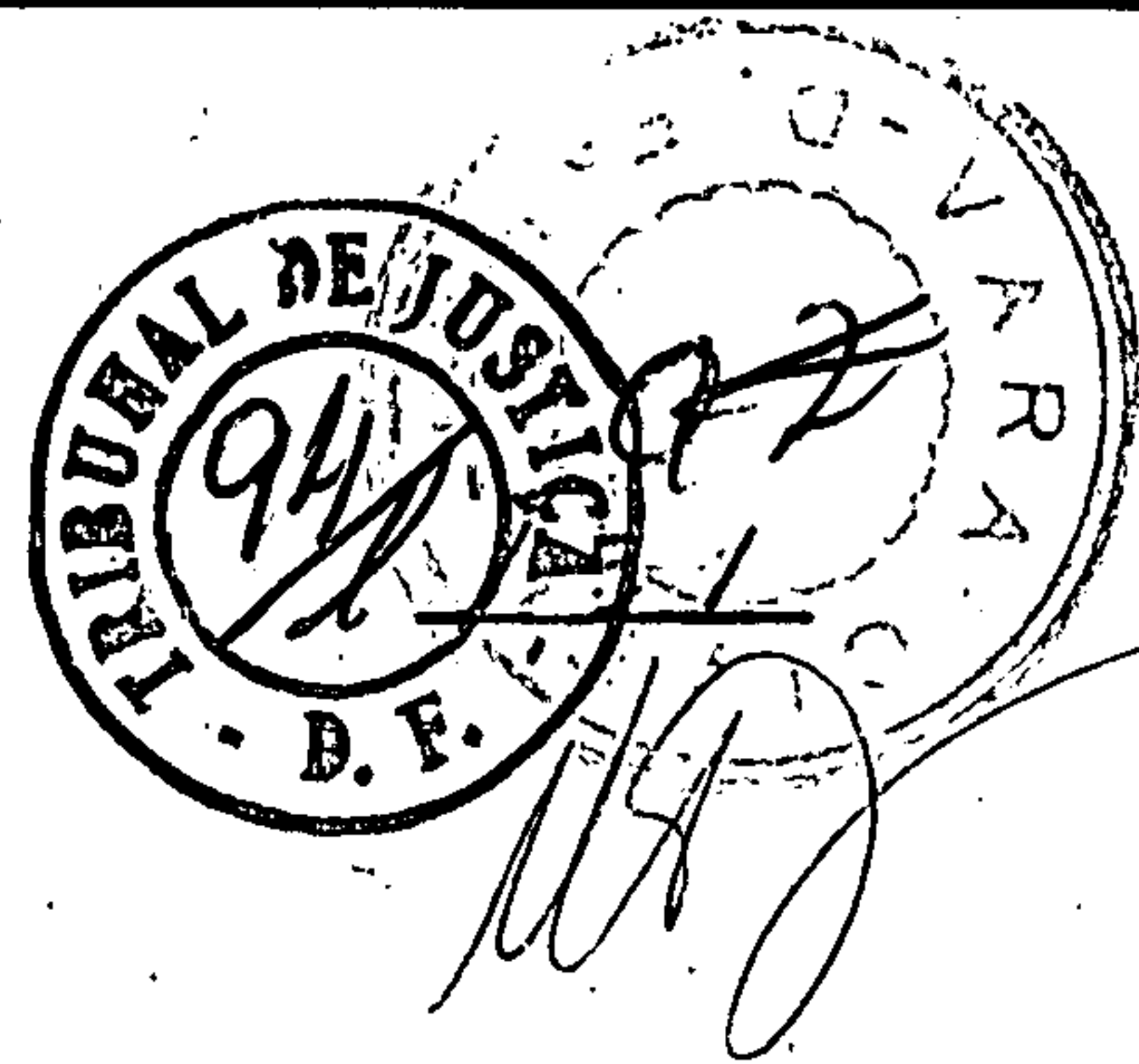
Sustenta o réu da prestação de contas, / LUIZ ROS, que os bens foram adquiridos em nome da firma / "LUIZ ROS & CIA. LTDA.", mas com numerário d'ele próprio/ e exclusivo.

Porém, em que ocasião se verificou a aquisição de bens pela formã pretendida pelo acionado, LUIZ / ROS ?

Escandindo-se a ampla e farta documentação de fls. 34 " usque " 63 ( cominatória), não se pode/ fugir à inferência de que tais aquisições foram processadas, tôdas elas, em data posterior à celebração do contrato social de "LUIZ ROS & CIA. LTDA.", isto é, subsequentemente a trinta ( 30) de agosto de mil novecentos e cinquenta e oito ( 1958 ). ( fls. 7v. da prestação de contas).

Não me parece crível que o réu, LUIZ ROS, homem esclarecido, viesse a arriscar destemerosamente o seu numerário, adquirindo bens em nome de sociedade comercial que, segundo êle, não ultrapassara a fase escrita de um contrato de firma que jamais chegara a funcionar por i

*James*



nexistência de capital.

Dessarte, os bens relacionados na ação cominatória, após a assinatura do contrato, se deve entender como integrantes do acervo societário de "LUIZ ROS & CIA. LTDA."

Ao sócio administrador desta última, incumbia subministrar prova concludente e decisiva de que tais bens foram adquiridos, conquanto para a sociedade, com o seu pecúlio exclusivo e sem a participação de número, ou bens, dos demais sócios, LUIZ CARLOS ROS e TABAJARA WENDT DA COSTA.

De certo modo, o seqüestro incidente demonstra a integralização do capital societário.

De certa forma, como sobredito, porque os embargos de terceiro opostos por LUIZ ROS contra aquele ato de apreensão judicial mereceram desprovimento.

Mas, daí não se segue ser pontualmente exata a assertiva dos autores da prestação de contas, de que todos os bens atingidos pela medida cautelar pertencessem à sociedade, e que hajam sido adquiridos mediante esforços comuns de todos os sócios.

Coisa bem diversa afirmou a sentença denegatória do processo de intervenção de terceiro: "Mesmo adotada a versão do depoimento pessoal do embargante, conclui-se que integralizou ele as cotas de seus sócios com as máquinas de sua propriedade" ( fls. 95 dos embargos em apenso).

Todavia, essa ilação emanada do decisório dos embargos de terceiro não atinge, de modo algum, os bens enumerados nas peças de fls. 34/63 da prestação de contas; bens que, tal como assertado em partida anterior desta sentença, foram adquiridos em nome da sociedade "LUIZ ROS & CIA. LTDA.".

Entretanto, a coonestar a alegação segundo a qual o acervo social, a entrada resultou séria, real e efetiva, por parte de todos os sócios, se coloca de per-  
meio e constante a fls. 75/77 da ação de dissolução, e daí a consequência inarredável da existência de vínculo jurí-

Lucy



dico, de natureza convencional, hábil a autorizar o pedido de prestação de contas: vê-se, da petição de fls. 76, que LUIZ CARLOS ROS cedeu a LUIZ ROS ( fls. 77, instrumento particular) as suas cotas; cessão que, conforme magistério de CUNHA PEIXOTO, LACERDA TEIXEIRA e EUNÁPIO BORGES, invocado pelo próprio réu da prestação de contas, de um sócio para outro, desde que representem a maioria absoluta do capital da sociedade, não depende da unanimidade societária.

Reconhece, assim, LUIZ ROS, que pretende a dissolução da sociedade por ausência de capital, a existência deste último e a subsequente e necessária integralização, pois há maioria absoluta de capital a justificar a cessão de cotas sem ouvir-se o outro sócio, TABAJARA WENDT DA COSTA.

Além disso, no instrumento de cessão ( / fls. 77), LUIZ ROS pagou a LUIZ CARLOS ROS a importância de seiscentos mil cruzeiros (R\$ 600.000,00), em moeda corrente, e LUIZ CARLOS ROS se deu por "inteiramente pago e satisfeito de seus haveres e quaisquer direitos", dando / "plena, geral e irrevogável quitação".

Ora, é bem de ver se LUIZ CARLOS ROS não integralizou cotas, com dinheiro ou outros bens ( o mesmo se podendo dizer em referência a TABAJARA WENDT DA COSTA, sobre o qual pesava, também, a increpação de não "ter entrado com qualquer parcela" ( fls. 15, da cominatória, nº 1, "medius"), não se compreende que LUIZ ROS se tornasse cessionário de cotas-partes de capital social que sustenta nunca haver existido.

Que capital inexistente é esse quando se alude a cessão de cotas de um sócio para outro, independentemente da unanimidade societária, desde que cedente / (LUIZ CARLOS ROS) e cessionário (LUIZ ROS), simbolizem a maioria absoluta desse mesmo capital?

Tenho por certo que nenhum abesso se faz ao réu da cominatória, LUIZ ROS, quando lhe imponho a obrigação de prestar contas a TABAJARA WENDT DA COSTA, face à indissimulável existência de vínculo convencional / que<sup>a</sup> isso o constringe.

*Harriet*



A tanto não está adstrito em relação a LUIZ CARLOS ROS, eis que o último cedeu ao abrigado a / prestar contas as suas cotas-partes do capital social.

E provida a ação cominatória, mereceria igual desate a de dissolução da sociedade, não pela "causa petendi" contida no libelo (carência de capital social), mas ante as divergências existentes entre os sócios?

Abstraído-se a diversidade de causa de pedir, que incidirá em posterior escalpêlo dêste decisório, poder-se-ia responder afirmativamente, desde que fôra admissível a prestação de contas na fase de liquidação da sociedade.

Ora, dentre as obrigações cometidas no liquidante se inscreve a de "levantar o inventário dos bens e fazer o balanço da sociedade" (art. 660, I, do / Cód. Proc. Civ.).

Esse inventário é a espora para a prestação de contas que, mais tarde, fica obrigado a prestar / o liquidante, ao encerrar o seu mandato.

E se, para esse fim, poderá o liquidante exigir do gerente, ou administrador, aos quais sucede, que lhe prestem contas pormenorizadas do estado em / que lhe transmitiram o acervo social, é bem de ver que, enquanto não prestadas e julgadas boas as contas do gerente, ou administrador, da sociedade, na segunda fase / da ação de prestação de contas, e enquanto não apuradas as parcelas de "deve" e "haver", não poderia o liquidante / exigir, de quem de direito (gerente ou administrador da sociedade), uma prestação de contas, se estas não foram / prestadas e julgadas satisfatórias.

Apenas se o liquidante fôsse o próprio / gerente, que estava no exercício por ocasião de ser decretada a liquidação da sociedade, poderia êle prestar / contas de sua gestão, no mesmo passo em que tivesse de / prestar as concernentes à liquidação.

No caso, a nomeação do liquidante, se / declarada dissolvida a sociedade, não recairia sobre o sócio gerente, eis que aquela ficou reduzida a dois só -



*Handwritten signature or mark at the bottom center.*





V cios (LUIZ ROS E TABAJARA WENDT DA COSTA) e, assim, "se forem somente dois sócios e divergirem, a escolha do liquidante/será feita pelo juiz entre pessoas estranhas à sociedade" / (art. 657, § 2º, do Cód. Proc. Civ.).

Volta-se, pois, ao raciocínio anterior : sendo estranho o liquidante e podendo ele exigir prestação de contas da administração social, relativa ao período em que esteve sob a gerência do sócio, para não ocorra a "turbatio" entre a obrigação de prestar contas, imposta ao gerente, e a exigida do liquidante ao término da sua administração, evidente que a dissolução não encontra guardada uma vez provida a cominatória de prestação de contas.

Pois, só após o encerramento desta ação, na sua segunda fase, expressa em números a monta das contas que o gerente, LUIZ ROS, deve prestar à sociedade, poderá o liquidante exigir do administrador as contas do lapso de tempo relativo à gerência do sócio; se as contas deste não foram julgadas, não se entende possa o sócio gerente, em nome da sociedade, prestar contas do liquidante.

Dai, infere-se a impossibilidade de, uma vez julgada procedente a cominatória para, em face do vínculo societário, obrigar o gerente, LUIZ ROS, a prestar -/contas ( primeira fase), dar-se pela procedência da dissolução, que conduziria à precitada segunda fase desta última demanda: a liquidação da sociedade.

Decisão em contrário implicaria em suprimir a segunda fase da ação de prestação de contas, em eversão às normas processuais e à lógica; e, ao mesmo tempo, /obstacular ao liquidante a exigência de que lhe preste contas exatas a sociedade liquidanda.

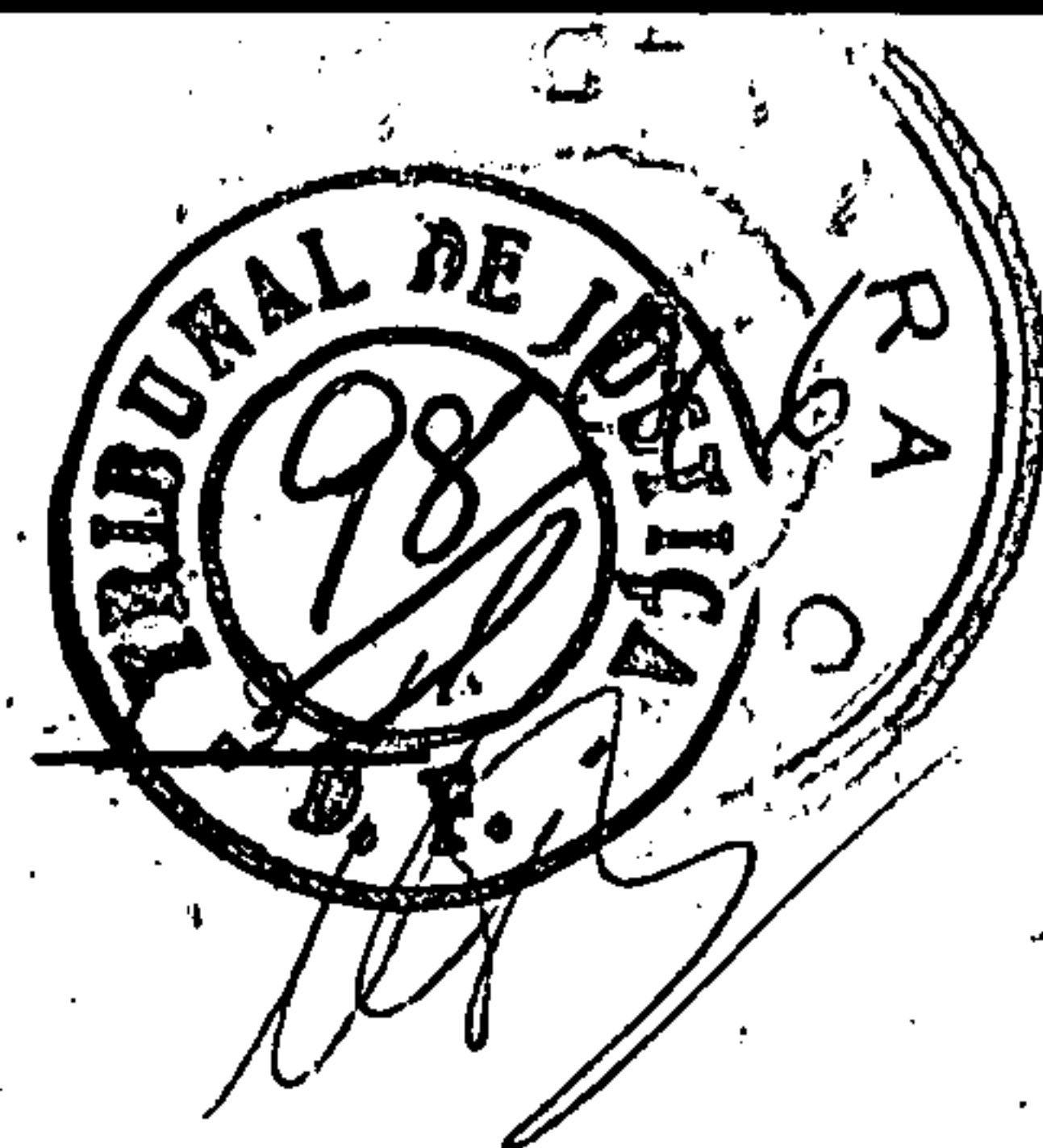
A hipótese também não se mostraria desnuda de vencilhos, se a pretensão material deduzida em juízo o fôsse em via de ação de dissolução intentada pelas mesmas partes que exigem a prestação de contas do sócio gerente, LUIZ ROS: o pedido de dissolução, arrimado na " causa pe -tendi" de prevaricação, improbidade do administrador no de sempenho das suas funções ou na prestação de contas ( art. 336, do Cód. Com.); justificaria a dissolução da sociedade por aqueles fundamentos.

Mas, ainda assim, conquanto dispensável a

Faint, illegible text on the left side of the page, possibly bleed-through from the reverse side.

Faint, illegible text on the right side of the page, possibly bleed-through from the reverse side.

*Handwritten signature or initials*



primeira fase da prestação de contas, ou que correria paralela ao período de dissolução da sociedade, na fase de liquidação, o sócio que, na primeira fase da prestação de contas, foi julgado obrigado a prestá-las à sociedade (e daí o acolhimento do pedido de dissolução), teria de prestar contas à sociedade (apurando-se se era, ou não, devedor dela), o que importaria na miscigenação de coisas incompatíveis, quais sejam a simultânea prestação de contas do sócio gerente à sociedade, na fase de liquidação, e a mesma prestação de contas em referência ao liquidante estranho.

Não seria cômputo que o liquidante tomasse contas do administrador da sociedade, para resguardo das que teria de prestar em razão do seu cargo, se não bem fixadas e definidas aquelas contas que poderia exigir da sociedade.

De todo o exposto, concluo que a prestação de contas que o liquidante pode exigir da sociedade, só é cabível se nenhuma controvérsia se levanta, entre os sócios, no tocante às contas atinentes à vida societária; "verbi gratia", se o que motiva a dissolução é outro fundamento que não a prevaricação, improbidade ou falta de execução do sócio gerente na prestação de contas em relação aos demais "socii".

Cumprido trazer, à colação, nesta partida, a matéria relativa à causa de pedir: esta, no pedido de dissolução, se lastreia no fato alegado de inexistência de capital (fls. 2).

Insinua-se, no libelo, outra "causa petendi": desinteligência e desarmonia grave entre os sócios.

Em primeiro, imprescindível que as cizâmias sejam de tal monta que tornem impossível o funcionamento normal da sociedade, empecendo-lhe o progresso ou colocando-a em risco iminente.

"In casu", quer parecer-me que a dissolução, com tal escora, não poderia prevalecer, pois repleta de indícios veementes que o autor da dissolução buscou, de indústria e maliciosamente, a divergência: assim, ajuizou o pedido após a propositura da prestação de contas, /-

The first part of the document is a list of names and titles, including "The Hon. Mr. Justice" and "The Hon. Mr. Justice". The text is somewhat faded and difficult to read, but appears to be a list of names and titles.

The second part of the document is a list of names and titles, including "The Hon. Mr. Justice" and "The Hon. Mr. Justice". The text is somewhat faded and difficult to read, but appears to be a list of names and titles.

The third part of the document is a list of names and titles, including "The Hon. Mr. Justice" and "The Hon. Mr. Justice". The text is somewhat faded and difficult to read, but appears to be a list of names and titles.

The fourth part of the document is a list of names and titles, including "The Hon. Mr. Justice" and "The Hon. Mr. Justice". The text is somewhat faded and difficult to read, but appears to be a list of names and titles.

The fifth part of the document is a list of names and titles, including "The Hon. Mr. Justice" and "The Hon. Mr. Justice". The text is somewhat faded and difficult to read, but appears to be a list of names and titles.

The sixth part of the document is a list of names and titles, including "The Hon. Mr. Justice" and "The Hon. Mr. Justice". The text is somewhat faded and difficult to read, but appears to be a list of names and titles.

*Handwritten signature*



sem fomento de direito e justiça, como demonstrado em preterita partida desta sentença; negou-se a prestar contas/ aos demais sócios, quando a isso estava obrigado, sob a infundada asserção de que a sociedade não funcionara por "inexistência de capital social".

Indisputável que essa atitude do autor / da dissolução constitui causa adequada e imediata da dissidência que se instalou entre êle, furtando-se à prestação de contas, e os sócios, que exigiam essa prestação amigavelmente ( fls. 2, da dissolução, nº 5); fácil compreender-se, dessa renitência do proponente da dissolução, o surgimento das desarmonias, provocadas com indiscutível dose de malignidade; e mais: negando aos sócios esta qualidade, que de fato possuem, rotulando-os de simples empregados ( fls. 15 e 17, da cominatória).

E ainda não fôra assim, o pedido de dissolução, arrimado na causa de pedir "inexistência de capital", não lograria amparo com apoio na " causa petendi" / das cizânias ou discordias, pois afrontaria o preceito do art. 4º, do Cód. Proc. Civ., conclusão que adoto com restrições, eis se não pode confundir o pedido ( dissolução) / com a duplicidade de fundamentos do pedido ( inexistência / de capital e divergência entre os sócios).

Mas, desta ou daquela forma, o que remanesce é que o pedido, expressamente, tão somente assentou em único fundamento ( "causa petendi": ausência de capital social); e o " juiz não poderá pronunciar-se sobre o que / não constitua objeto do pedido"; se o fizer, julgará além, quem ou fora do pedido, afastando-se a sentença do libello, com ofensa ao prolóquio " sententia debet esse libellis conformis", inafastável cânone processual.

Por derradeiro, toca-se na questão referente ao seqüestro, se deve, ou não prevalêcer, sem embargo da improcedência dada à ação de dissolução; em a qual o mesmo foi decretado.

Com essa medida liminar, busca a lei a garantia dos bens sociais, confiando-os à custódia de depositário idôneo.

Preciso dizer que o depositário, na hipó-



Handwritten signature or name, possibly "L. M. King".



tesê do art. 659, do Cód. Proc. Civ., não se imiscui com a administração do giro social, que pertence, sem dúvida, aos próprios sócios.

Seria, em verdade, investir o depositário nas funções de sócio, não se relegando a esquecimento que a lei não outorga ao depositário funções equipolentes às do liquidante, que estão estabelecidas no art. 660, do Cód. Proc. Civ..

Dessarte, o depositário é como fiscal sempre atento e preste na defesa do acervo social, anjo tutelar a impedir, por outro turno, o desencadeamento de rixas, crimes ou extravio e danificação dos bens sociais.

Tenho que, não declarada a dissolução, cai a providência conservatória com base no art. 659, do Cód. Proc. Civ.; mas, sobrevive e remanesce com apoio no disposto no art. 675, I e II, do Código Unitário: não só porque do estado de fato da ação de prestação de contas surge fundados receios de rixa ou violência entre os litigantes, mas também porque é provável que, antes da decisão da segunda fase da prestação de contas, ocorram atos capazes de causar lesões de difícil e incerta reparação, ao direito das partes.

Uma objeção se levantaria no tocante a subsistência do seqüestro: consiste em que, se postulado com estaca no art. 675, da lei processual civil, e na pendência da lide, devera ser autuado em apartado, ou em apenso, processando-se sem interrupção do feito; não colhe a objeção: embora decretado o seqüestro com escora no art. 659, as razões da sua decretação, nessa hipótese, e na do art. 675, são as mesmas; e o motivo legal da autuação em apartado, no caso do art. 686, "é o prosseguimento da causa sem embargo do incidente. A adoção de solução contrária poderia fomentar o levantamento de incidentes como fim de protelar o feito; a autuação do incidente fora processo permite a marcha normal deste e a bifurcação da instância, continuando a causa principal o seu curso na primeira e seguindo o incidente para a segunda instância, em grau de recurso, hipótese em que, se for provido, adaptar-se-á o processo principal à solução dada ao incidente" (JORGE AMERICANO - "Com. Cod. Proc. Civ. do Brasil", vol. 3<sup>a</sup>, pag. 44, Ed. Saraiva, 1960).

Ora, na hipótese subsumida a julgamento,







O sequestro dentro dos autos da ação de dissolução, não impediu, igualmente, o prosseguimento da causa principal, apesar do incidente; não acorçoou a oposição de incidente com o fito de procrastinar o curso da lide preponderante; permitiu a bipartição da instância, como se apartado fôra, continuando a ação de dissolução a sua tramitação regular, na primeira instância; e permitindo que o incidente fôsse atacado por embargos de terceiro, desprovidos e levados à sabedoria dos juizes "ad quem", por meio de agravo de instrumento.

E se êste fôr provido, causando a derrubada do sequestro, em amparando os embargos, nenhuma colisão ocorrerá entre tal decisório e aquêle que se prefere / na ação de prestação de contas: o obrigado a prestá-las não estará liberto dêsse encargo, mas apenas resultando para / aquêle que tem direito às contas uma possibilidade menor / de alcançar o / "summatum opus" /, se o obrigado a prestar / contas entrar a malbaratar bens sociais; que, a final, se / atendidos os embargos de terceiro no recurso de agravo, não serão bens sociais, mas próprios do embargante; mas, ainda assim, não estarão exonerados da prestação de contas os bens enumerados na ação cominatória, adquiridos em nome da sociedade, "LUIZ ROS & CIA . LTDA.", atento a que os bens referidos nos embargos figuram em nome da pessoa física de LUIZ ROS.

Entendo, por isso, bem motivada a manutenção da providência cautelar, nas condições e forma por que a / determino.

"EX POSITIS", julgo procedente a ação cominatória para o efeito de compelir LUIZ ROS a prestar / contas a TABAJARA WENDT DA COSTA, no prazo de quarenta e / oito horas, sob pena de admitir as preste o autor; em consequência, julgo improcedente a ação de dissolução de sociedade.

Custas das duas ações pelo vencido.

Lida e publicada em audiência, registre - se.

Distrito Federal, 31 de maio de 1962.

*Admir Santa Terra*

---

*Handwritten signature*



**Registro de Acórdão**

Apelação Cível nº. 97

Registrado sob o no. 526

em 12 de Julho de 1963

*[Signature]*  
Chefe do Serviço de Jurisprudência

APELAÇÃO CÍVEL Nº 97

Apelante - Luiz Ros  
Apelado - Tabajara Wendt da Costa  
Relator - Desembargador Mário Brasil  
Revisor - Desembargador Colombo de Sousa

R E L A T Ó R I O

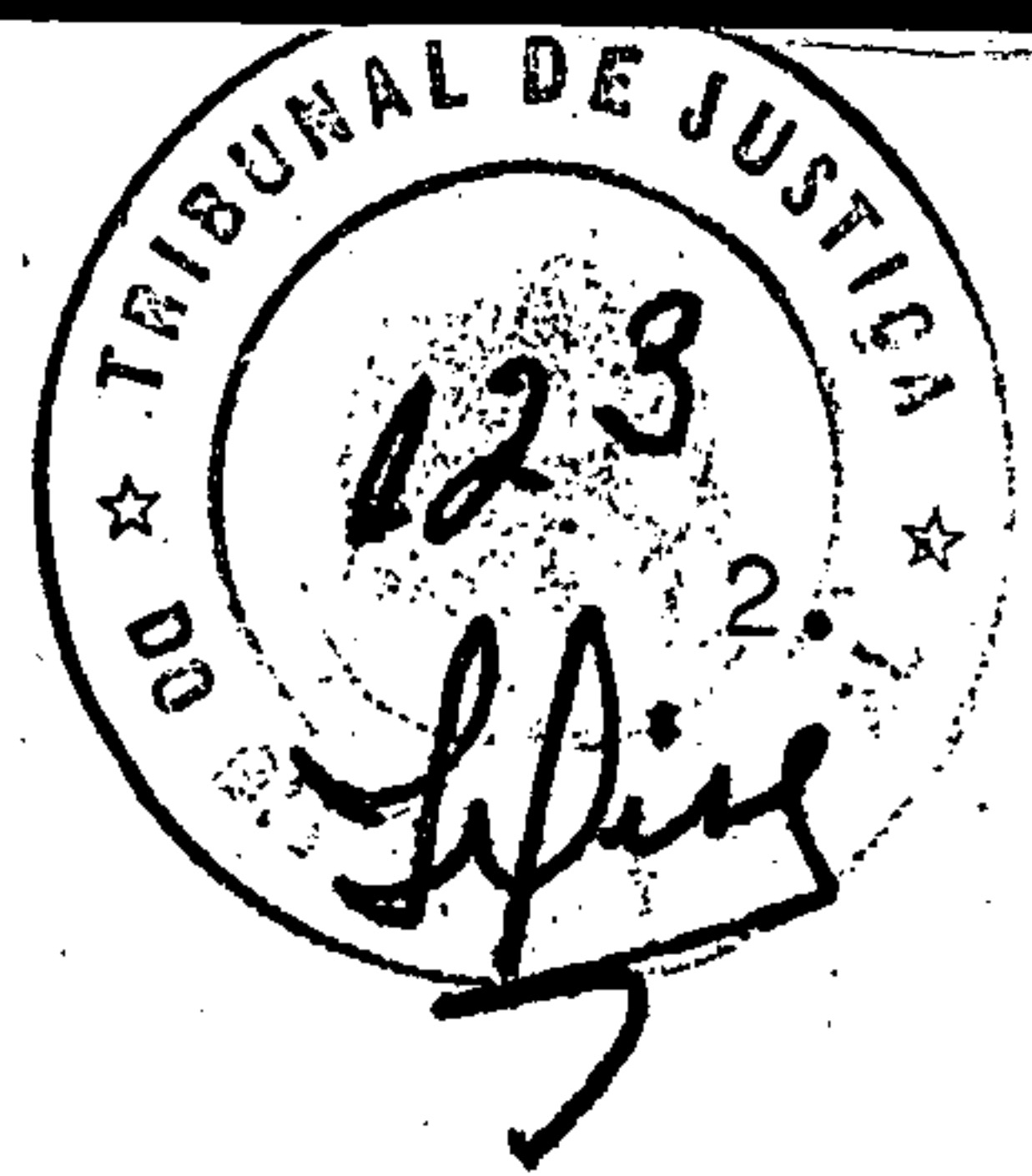
O Senhor Desembargador Mário Brasil (Relator) - Senhor Presidente, Luiz Ros, Luiz Carlos Ros e Tabajara Wendt da Costa, em agosto de 1958, ajustaram e concluíram uma sociedade comercial de responsabilidade limitada, sob a razão social Luiz Ros & Cia. Ltda. - Engenharia Civil, por prazo indeterminado, ficando a cargo do primeiro sua administração geral (fls. 7).

Em 26/7/60, os sócios Luiz Carlos Ros e Tabajara Wendt da Costa chamaram a Juízo Luiz Ros para que lhes prestasse contas dos negócios sociais uma vez que, como diretor geral, praticara todos os atos de gerência da firma e tanto se recusava.

Nesse mesmo mês, no dia 29, Luiz Ros propunha contra seus sócios ação de dissolução e liquidação da referida sociedade, sob o fundamento de que nenhum dos dois integralizara as contas que tinham subscrito, com o que se viu desobrigado de assim proceder em relação as que tomara a seu cargo. A isso acrescentou que, pelos motivos apontados, a sociedade não operara no campo das atividades a que se propusera.

Com êsses mesmos fundamentos negou, na cominatória, estivesse obrigado a prestar as contas pretendidas por seus sócios. E estes, em réplica, não só afirmaram a integralização de suas contas como ofereceram ampla documentação no sentido de atuação da sociedade que tinham organizado com o réu.

Dêsses mesmos argumentos se serviram para contestar a ação de dissolução da sociedade, dentro dos motivos em que fundara o autor.



APELAÇÃO CÍVEL Nº 97

Evidente, portanto, a conexão entre as duas ações e, daí, sua apensação para que julgadas fôssem numa só assentada.

E assim se fêz, estando às fôlhas 90 a sentença recorrida.

Antes dela, todavia, nos autos da dissolução da sociedade, foi decretado e concluído o seqüestro dos bens da firma descritos às fôlhas 45/49.

Também anteriormente à sentença o sócio Luiz Carlos Ros cedeu suas cotas ao sócio Luiz Ros (fls. 79), com o que, nas duas ações, ficaram as partes reduzidas a êste último e Tabajara Wendt da Costa.

A sentença recorrida deu pela procedência da ação de prestação de contas e pela improcedência da de dissolução de sociedade, com a seguinte argumentação: A sociedade cuja dissolução se pretendia realmente existia e farta documentação apresentada na cominatória dava notícia de compras de muito feitas por essa firma, não havendo assim, à míngua de provas como aceitar-se a simples alegação do sócio Luiz Ros de que tais aquisições foram feitas com capitais pessoais seus já que os outros sócios não haviam realizado qualquer das cotas subscritas. Além disso, na cessão de cotas que obteve êle do sócio Luiz Carlos Ros, em meio da ação, figurava no respectivo instrumento ter o cessionário pago ao cedente a quantia de Cr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros), dêle recebendo plena e rasa quitação dos haveres que possuía na dita firma, só isso demonstrando à evidência que a não integralização de capital pelos demais sócios não poderia ser admitida para o fim de o desobrigar da prestação de contas contra êle intentada.

Continua a sentença: Provida, assim, a cominatória, igual destino deveria ter à ação de dissolução. Mas, tal não pode ocorrer uma vez que não era possível admitir-se a prestação de contas na fase da liquidação da sociedade. Em verdade, dentre "as obrigações cometidas ao liquidante se inscreve a de "levantar o inventário dos bens e fazer o balanço da sociedade" (art. 660, I, do Cód. de Processo Civil). Esse inventário é a espora para a prestação de contas que, mais tarde fica obrigado a prestar o liquidante, ao encerrar o seu mandato. E, se, para êsse fim, poderá o liquidante exigir do gerente, ou administrador, aos quais sucede, que lhe prestem contas pormenorizadas do estado em que lhe transmitiram o acervo social, é bem de ver que, enquanto não prestadas e julgadas boas as contas do gerente, ou administrador da socieda



## APELAÇÃO CÍVEL Nº 97

de, na segunda fase da ação de prestação de contas, e enquanto não apuradas as parcelas de "deve" e "haver", não poderia o liquidante exigir, de quem de direito (gerente ou administrador da sociedade), uma prestação de contas, se estas não foram prestadas e julgadas satisfatórias. Apenas se o liquidante fôsse o próprio gerente, que estava no exercício por ocasião de ser decretada a liquidação da sociedade, poderia êle prestar contas de sua gestão, no mesmo passo em que tivesse de prestar as concernentes à liquidação. No caso, a nomeação do liquidante, se declarada dissolvida a sociedade, não recairia sobre o sócio gerente, eis que aquela ficou reduzida a dois sócios (Luiz Ros e Tabajara Wendt da Costa) e, assim, "se forem somente dois sócios e divergirem, a escolha do liquidante será feita pelo Juiz entre pessoas estranhas à sociedade (art. 657, § 2º, do Código de Processo Civil). Volta-se, pois, ao raciocínio anterior: Sendo estranho o liquidante e podendo êle exigir prestação de contas da administração social, relativa ao período em que estêve sob a gerência do sócio, para não ocorra a "turbatio" entre a obrigação de prestar contas, imposta ao gerente, e a exigida do liquidante ao término da sua administração, evidente que a dissolução não encontra guardada uma vez provida a cominatória de prestação de contas".

Inconformado, apelou o autor da dissolução da sociedade e réu na cominatória, alegando, em síntese, fls. 104: As duas ações foram propostas concomitantemente e, tomando a iniciativa da dissolução da sociedade, não estava êle fugindo ao seus deveres de seu administrador. Projetava apenas o pedido do apelado (prestação de contas) para o âmbito maior da dissolução e liquidação da sociedade. Equivale dizer que, proposta a ação de dissolução, perdera a cominatória de prestação de contas seu objeto, pois, espontâneamente, estava êle oferecendo-se para prestá-las. O apelado, por sua vez, após a contestação, aceitou implícita e explicitamente se procedesse à dissolução pretendida, tal se vê do termo da audiência de julgamento, e, anteriormente, das petições de fôlhas 29 (apoiando o que já pedira êle, apelante, às fls. 21) e de fls. 37, sendo que nesta última o apelado expressamente solicitou a dissolução e liquidação da sociedade. Assim, modificara o recorrido a contrariedade inicial ao pedido, para concordar com a dissolução. Não podia, pois, o Juiz proceder contra o mútuo consenso das partes. O que lhe cabia fazer era decretar a dissolu



APELAÇÃO CÍVEL Nº 97

ção, limitando-se, tão-somente, a reconhecer ou não a existência do capital do apelado, negada por êle apelante.

O recurso foi admitido pelo despacho de fls. 109 e, aberta vista dos autos ao recorrido, sustentou êle a legitimidade da sentença apelada e pedindo sua manutenção, fls. 110.

É o relatório.

V O T O

O Senhor Desembargador Mário Brasil (Relator) - Senhor Presidente, Luiz Ros, Luiz Carlos Ros e Tabajara Wendt, sócios da firma Luiz Ros & Cia. Ltda. - Engenharia Civil, se desentenderam. Os dois últimos vieram a Juízo para reclamar do primeiro prestação de contas como responsável que ficara por tãda a administração da sociedade; êste, por sua vez, chamou a Juízo os seus sócios para uma dissolução e liquidação da sociedade que tinham constituído.

Os fundamentos e as alegações das partes nessas duas ações já conhecem meus ilustres colegas através do relatório feito.

Após contestarem o pedido de dissolução da sociedade e uma vez obtido o seqüestro dos bens da firma, os réus apresentaram no processo a petição de fls. 37, solicitando expressamente "fôsse decretada a dissolução da sociedade e nomeado o respectivo liquidante, nos termos do art. 617 e seguintes do Cód. de Proc. Civil".

Antes disso, em petição que está às fôlhas 29, já tinham dito o seguinte: "Os suplicantes encarecem a V. Exa. a urgente necessidade de ser designado o liquidante da firma Luiz Ros & Cia. Ltda., tão logo seja decretada a sua dissolução."

Sustenta, então o Apelante que diante dessa manifestação expressa dos réus em favor do que pedira na inicial, não mais poderia o MM. Juiz a quo negar, como o fêz, a dissolução e consequente liquidação da sociedade. Com ela se puseram de acôrdo os réus, depois de terem inicialmente contestado o pedido, nada impedindo que assim procedessem, ou melhor, sem que se lhes pudesse negar o direito de agirem dêsse modo. Conseqüentemente, conclui, o MM. Juiz a quo, negando a dissolução, se pronunciara contra o



APELAÇÃO CÍVEL Nº 97

consenso das partes. Não o podia fazer. Tudo quanto lhe cabia decidir, diante do acôrdo entre litigantes, seria dirimir a dúvida entre êles estabelecida, isto é, teriam os réus integralizado ou não suas cotas de capital, que êle, Apelante, negava e os outros afirmavam, para fixar a extensão da liquidação.

A isso acrescentou que com a decretação da dissolução não pretendia eximir-se do cumprimento de seus deveres contratuais, inclusive o de prestar contas, se a sentença concluísse pela integralização das cotas de seus sócios. Apenas essa obrigação se projetaria para um âmbito maior, qual o da verificação de contas no processo de liquidação, perdendo, assim, a cominatória, sua razão de ser.

Essa, a controvérsia a ser dirimida por nós. E, sob êsse aspeto, passo a me pronunciar.

O MM. Juiz a quo, negando procedência à dissolução pedida, assentou suas conclusões nas seguintes premissas: a) provida a cominatória, igual solução se deveria dar à ação de dissolução; b) todavia, entre as obrigações cometidas ao liquidante, está a de levantar o inventário dos bens e fazer o balanço da sociedade, sendo o inventário a escora para a prestação de contas; c) para tanto, poderia o liquidante exigir do gerente ou administrador que lhe prestasse contas pormenorizadas do estado em que se encontra o acervo social, hipótese que só não ocorreria se o liquidante fôsse o próprio gerente que estivesse no exercício, quando decretada a dissolução, porque poderia prestar contas de sua gestão no mesmo passo que tivesse de prestar contas pertinentes à liquidação; d) no caso, a nomeação de liquidante não poderia recair sobre o sócio-gerente atual, porque a sociedade ficou reduzida a dois sócios e, então, se divergirem na escolha do liquidante, o Juiz nomeará pessoa estranha à sociedade; e) ora, sendo estranho o liquidante e podendo êle exigir prestação de contas do até então administrador, para que não ocorra a turbatio entre a obrigação de prestar contas imposta ao gerente e exigido do liquidante ao término de sua gestão, evidente que a dissolução não encontra guarida uma vez provida a cominatória de prestação de contas, porque somente após o encerramento desta ação, na sua segunda fase, poderá o liquidante exigir do administrador as contas do lapso de tempo relativo à gerência do sócio; se as contas dêste não forem julgadas, não se entende possa o sócio-gerente, em exercício na sociedade, prestar contas ao liquidante.



APELAÇÃO CÍVEL Nº 97

Vê-se, sem esforço, que o MM. Juiz a quo apoiou-se em hipóteses por êle mesmo formuladas, pressupondo situação que, se vierem a ocorrer, acabarão por impedir ao liquidante a iniciativa de uma ação de prestação de contas contra o então sócio-administrador para que, somente depois disso, possa prestar suas contas.

Esclarecendo:

Primeira hipótese formulada pelo Juiz: a não concordância dos dois atuais sócios na indicação de um liquidante, com o que terá êle de nomear terceiro, estranho à firma;

Segunda hipótese: essa pessoa estranha poderá exigir do atual administrador que preste contas de sua gestão porque, enquanto isso não ocorrer, não poderá êle contar com elementos para sua própria prestação de contas.

E conclui: então, o melhor é determinar desde já a prestação de contas e denegar a dissolução e liquidação porque, assim, quando esta tiver que se operar, as possíveis dificuldades que poderiam surgir já estariam definitivamente afastadas.

Não vejo como manter-se a sentença nos termos em que está posta, porque tãda ela baseada em situações que, se acontecerem, poderão criar embaraços ao liquidante. São fatos aleatórios que podem ou não ocorrer e que, por isso mesmo não servem de fundamentos às conclusões de uma decisão judicial.

Dentro dêsse raciocínio, daria provimento à apelação para julgar procedente a dissolução e liquidação da sociedade e improcedente a de prestação de contas como pretende o Apelante.

Todavia, há uma situação de fato no processo que me leva a uma outra solução. É que o autor da ação de dissolução sustenta, desde o início, que não tinha que dar contas aos seus dois outros sócios, porque nenhum nem outro integralizara as cotas de capital subscrito. Mas, como bem acentuou a sentença recorrida, a sociedade se constituiu regularmente e foi levada ao registro de comércio ( fls. 7/8); em seu nome pagou contribuições ao I.A.P.C. (fls. 30 da cominatória); efetuou uma série de compras de objetos pertinentes à sua destinação (fls. 34 a 43 da cominatória). Além disso, ao se tornar cessionário do sócio Luiz Carlos Ros, na sociedade cuja dissolução pretende, o Apelante lhe pagou a quantia de Cr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros) por seus direitos na mesma sociedade, assumindo a responsabilidade de tãdas as obriga-





APELAÇÃO CÍVEL Nº 97

ções por ela assumidas antes da cessão. Forneceu, assim, a prova mais evidente de que sua alegação de que os demais sócios não integralizaram suas cotas não tinha nenhuma consistência, pois, do contrário, nada justificava tivesse pago a um deles a importância que pagou.

Assim, dou em parte provimento à apelação para julgar procedente a ação de dissolução e liquidação da sociedade Luiz Ros & Cia. Ltda. - Engenharia Civil, mantendo a decisão quando concluiu pela procedência da ação cominatória de prestação de contas que se executam com o liquidante que venha a ser escolhido ou nomeado.

O Senhor Desembargador Colombo de Sousa (Revisor) - Senhor Presidente, a sociedade, sendo uma pessoa jurídica de Direito Privado, forma-se e dissolve-se por consentimento entre as partes. Quando se torna impossível aos sócios a continuação da sociedade e não havendo meios amigáveis de pôr fim a essa determinada firma, então, supre a interferência judicial, no sentido de decretar a dissolução, que é o fato maior da vida social.

No caso em espécie, numa firma, constituída de pai, filho e um terceiro, êles desentenderam-se, e o filho juntou-se ao terceiro sócio e propuseram, contra o pai, ação de prestação de contas. Concomitantemente, foi proposto o seqüestro dos bens que estavam no acampamento operacional da firma. Esse seqüestro foi deferido pelo Juiz. O sócio principal opôs embargo de terceiros, alegando que os referidos bens lhe pertenciam e, como lhe foi indeferido, agravou de instrumento para êste Egrégio Tribunal.

Correram, simultâneamente, as ações de dissolução de sociedade e cominatória que, por consenso das partes, foram anexadas, para o fim de serem julgadas em conjunto, como faculta a lei processual.

Acontece, porém, que, no curso das ações, as três partes, os três sócios, os três litigantes, formularam uma petição escrita ao Juiz, no sentido de acolher a dissolução da sociedade, para que o Juiz decretasse a dissolução da sociedade.

Ora, ao Juiz, nessa circunstância - os sócios poderiam fazer até mesmo extrajudicialmente - não competia senão acolher essa manifestação, unânime dos sócios. Outra coisa não deveria fazer. Sua Excelência, ao contrário, achou que deveria continuar com a ação principal, para, posteriormente, dar pelo provimento



APELAÇÃO CÍVEL Nº 97

da ação cominatória de prestação de contas. A meu ver, Sua Excelência equivocou-se, porque - como disse bem o nobre Desembargador Relator Mário Brasil - o acolhimento da dissolução da sociedade não privaria o sócio-gerente de prestar contas ao liquidante que fôsse escolhido entre êles, o liquidante judicial que fôsse nomeado pelo Juiz.

De sorte que não há como acolher o apêlo, no sentido de reformar a sentença, para reconhecer e decretar a dissolução da sociedade, ficando de pé, porém, a obrigação do sócio-gerente de prestar contas, já então ao liquidante que fôr escolhido ou nomeado pelo Juiz.

Este, Senhor Presidente, é o meu voto.

O Senhor Desembargador Cândido Colombo (Presidente) - Reconheço o desacôrto do Juiz em negar acolhida ao pedido de dissolução de sociedade, em face de manifestação expressa de seus sócios, unânimes no sentido de quererem decretada tal dissolução.

Dou, pois, provimento ao apêlo para decretar a dissolução da sociedade.

Na parte referente à cominatória, acompanho a decisão recorrida, reconhecendo aos Apêlados o direito de exigir prestação de contas ao Apelante.

DECISÃO

Deu-se provimento, em parte, unânimemente.

1961



JUIZO DE DIREITO DA VARA CIVEL

(DISTRITO FEDERAL)

G-8

N.º 1.420

Juiz - Dr. \_\_\_\_\_

Escrivão - Carlos Alfredo Dias de Mello

~~POSSESSORIA~~

Executiva 1465

Georges Joseph Baladi

Georges Paul Emile Barbicieux

Tombo: Liv: 1 fls. 90 Reg. de sent.: Liv: fls.

Advogado do Autor: \_\_\_\_\_

” ” Reu: \_\_\_\_\_

21/07/61

02609

pf

TJDFT - Arquivo Central		
Térreo - Ala Leste		
Fileira	Estante	Prateleira
2	1	3
Caixa		
4196		



Juizo de Direito da 1a. Vara Cível do Distrito Federal

Juiz : Dr. ....

Escrivão : Carlos Alfredo Dias Mello  
Escrivão Substituto : Márcio Caetano Ribas

Executiva

Georges Joseph Baladi

Georges Paul Emile Barbisieux<sup>x</sup>

## AUTUAÇÃO

Aos 22 dias do mês de 7 de 19 61.  
nesta cidade de Brasília, Capital Federal, em  
Cartório, autuo a petição, distribuida a êste Jui-  
zo, com os.....documentos, que se seguem,  
eu,.....

Escrivão Subscreví.

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIRETORIA CÍVEL

21 JUL 16 27 61 02609

D. a M. M. Juiz da \_\_\_\_\_ vara  
civil

Brasília, 22 de 7 de 1961

O Corregedor

*Caetano de Faria*

*A. Cite-se.*

*At 2-8-94*

*Walter de*

GEORGES JOSEPH BALADI, libanês, solteiro, comerciante, domiciliado e residente nesta cidade, por seu infra assinado procurador, vem expor e requerer a V. Excia. o seguinte:

1º

Conforme contrato social de 25 de maio de 1961, celebrado por instrumento particular e registrado na forma da lei, constituiu com GEORGES PAUL EMILE BARBIEUX uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, sob a razão social de GEORGES JOSEPH BALADI & GEORGES PAUL EMILE BARBIEUX LIMITADA, com sede nesta cidade e para o fim de explorar o comércio de bar, restaurante e mercearia.

2º

Foi estipulado no contrato que a duração da sociedade seria por tempo indeterminado. Tendo, porém, havido desarmonia entre os sócios, não convém a continuação da sociedade.

3º

Pelo que requer a citação do sócio GEORGES PAUL EMILE BARBIEUX, residente nesta cidade à Av. W3, Restaurante Caravelle, para no prazo de cinco dias, dizer sobre o pedido ora formulado, observando-se quanto ao mais o processo estabelecido no parágrafo segundo do artigo 656 do C.P.C.

Pede Deferimento

Brasília, 21 de julho de 1961

*Thomaz Miguel Pressburger*  
Thomaz Miguel Pressburger - adv.

*Caravelle*



**C O N C L U S Ã O**

Faço conclusos estes autos a(o) MM.(ª) Juiz(a)

**Dr. EVANDRO NEIVA DE AMORIM**

Processo nº: \_\_\_\_\_ Brasília-D.F, 22.08.97

\_\_\_\_\_  
Diretora de Secretaria

Processo nº: 2609/61

Ação: EXECUTIVA

**Sentença**

VISTOS,ETC...

O extenso lapso temporal em que se encontra paralisado o processo denota a ausência superveniente do interesse de agir e o abandono da causa.

Isto Posto, julgo extinto o processo nos termos dos arts. 267, III e VI do CPC. Dê-se baixa e arquivem-se.

P. R. I.

Brasília-DF, 22 de 08 1997

**EVANDRO NEIVA DE AMORIM**  
Juiz de Direito Substituto



**C O N C L U S Ã O**

Faço conclusos estes autos a(o) MM.(ª) Juiz(a)

**Dr. EVANDRO NEIVA DE AMORIM**

Processo nº: \_\_\_\_\_ Brasília-D.F., 22.08.97.

  
\_\_\_\_\_  
Diretora de Secretaria

Processo nº: 2609/61

Ação: ELETRICA

**Sentença**

VISTOS,ETC...

O extenso lapso temporal em que se encontra paralisado o processo denota a ausência superveniente do interesse de agir e o abandono da causa.

Isto Posto, julgo extinto o processo nos termos dos arts. 267, III e VI do CPC. Dê-se baixa e arquivem-se.

P. R. I.

Brasília-DF, 22 de 08 1.997

  
\_\_\_\_\_  
**EVANDRO NEIVA DE AMORIM**  
Juiz de Direito Substituto